

Marcelo Ridenti, *O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural*. São Paulo, Editora Unesp, 2022. 408 pp.

Por Deni Alfaro Rubbo
Universidade Estadual do Mato Grosso do
Sul (UEMS), Dourados, MS, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9150-6565>

Guerra Fria negociada: brasilidade em circulação internacional

A paulatina construção e a disseminação do conhecimento sociológico, com a emergência de um campo de pesquisa transnacional, rendem trabalhos instigantes nas últimas décadas. No âmbito da sociologia da cultura, a circulação internacional de ideias, de mercadorias e de agentes passa a ser examinada através das práti-

cas, das transferências e dos saberes construídos nas interações entre espaços culturais. Esse traço dinâmico da circulação internacional torna o sistema-mundo do conhecimento moderno cada vez mais entrelaçado e complexo.

Talhado por um enfoque transnacional, um trabalho sociológico brasileiro bem-sucedido é o livro *O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural*, de Marcelo Ridenti. Conhecido por uma ampla agenda de preocupações no campo da cultura política da esquerda brasileira do século XX, com obras como *O fantasma da revolução brasileira* (2010) e *Em busca do povo brasileiro: artista da revolução, do CPC à era da TV* (2014), Ridenti desenvolve o tema do impacto da Guerra Fria na cultura política brasileira. Esmiúça mecanismos de financiamento, bem como processos e efeitos da circulação internacional de artistas e intelectuais da esquerda e da direita. Torna evidente que a circulação internacional de pessoas e de ideias consistiu em uma estratégia na geopolítica mundial entre as duas potências.

De ponta a ponta, o livro é atravessado pela seguinte hipótese: se intelectuais e artistas brasileiros nos “anos rebeldes” tendiam a ocupar um “lugar subalterno no cenário internacional”, também participavam “do jogo com relativa autonomia e tiraram proveito dos embates da Guerra Fria para conseguir apoio externo, fortalecendo suas posições no campo intelectual interno”. Três estudos empíricos testam essa hipótese: os exilados brasileiros e latino-americanos em Paris no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente Jorge Amado; as relações entre a revista *Cadernos Brasileiros* (CB) e o Congresso pela Liberdade da Cultura (CLB); e a trajetória da Associação Universitária Interamericana (AUI) e dos estudantes brasileiros nos Estados Unidos.

Pelo ângulo da sociologia da cultura e dos intelectuais, Ridenti ampara-se teórica e metodologicamente em uma abordagem que articule fatores “internos” e “externos”, como defendia o historiador britânico Quentin Skinner. Ao estudar trajetórias pessoais, o sociólogo brasileiro trabalha com “as restrições sociais nas histórias de vida” e as lutas por prestígio e distinção, perspectiva reivindicada por Pierre Bourdieu (1998). Esse recorte bourdieusiano assume maior expressão na primeira parte do livro.

Ridenti também adota a embocadura metodológica de Raymond Williams (1979): não solapa a “ação dos indivíduos” diante de múltiplas determinações na totalidade de um “processo complexo e inter-relacionado de limites e pressões”. Por isso, entende que “as circunstâncias políticas e culturais da Guerra Fria restringiam a margem de atuação e exerciam pressão sobre ela, mas a ação individual dos agentes envolvidos ajudava a moldar a estruturação da sociedade” (p. 13). Em outras palavras, artistas e intelectuais brasileiros andaram na corda bamba da polarização ideológica entre mundo comunista e mundo capitalista. Bem entendido, isso não significa que os agentes eram integralmente manipulados pelas superpotências, nem que tinham plena noção de todas as peças envolvidas em suas disputas. Dentro de uma cena histórico-cultural toda emaranhada, eles reproduziam ideologias e utopias no cabo de guerra da hegemonia capitalista e contra-hegemonia comunista. Essa tônica reverbera fortemente na segunda e na terceira partes do livro e se aproxima, do ponto de vista metodológico, do fundador dos *cultural studies* e da *New Left Review*.

Não se pode deixar de destacar a enorme quantidade de informações coletadas para este empreendimento ambicioso. Ela provém de diálogos com a bibliografia internacional

contemporânea sobre a Guerra Fria cultural; de pesquisas em diversos acervos de arquivos no Brasil, na França e nos Estados Unidos (documentos oficiais, processos judiciais, trocas de correspondência, relatórios, memórias, artigos publicados na imprensa etc.); e de entrevistas com dezenas de personagens diretamente envolvidos na trama. Com isso, o autor demonstra um trabalho hercúleo de garimpo de fontes internacionais. Trata-se de uma pesquisa inventiva que, revisitando um velho tema, propõe arranjos que são novos tanto pela perspectiva transnacional adotada como pela qualidade e quantidade dos dados levantados.

Na primeira parte, “Internacionalização cultural comunista: Jorge Amado e seus camaradas da América Latina”, Ridenti apresenta as trajetórias de dois comunistas latino-americanos: o poeta chileno Pablo Neruda e o romancista brasileiro Jorge Amado. Escritores consagrados e alinhados às políticas da União Soviética, ambos ocuparam cargos diplomáticos e políticos em seus respectivos países. Conjuntamente, foram os principais representantes da cultura comunista latino-americana em âmbito global na década de 1950. Para comprovar essa afirmação, são examinadas suas experiências de exílio em Paris, passando por suas inclusões na rede comunista internacional, até suas atuações no movimento Mundial pela Paz.

De um lado, Ridenti destrincha revistas da intelectualidade comunista francesa (*Europe* e *Les Lettres Françaises*) que destacaram produções de artistas latino-americanos, oferecendo-nos uma amostra da circulação internacional desses produtos. Do outro lado, com base em correspondências familiares, memórias e biografias, o autor registra as andanças de Neruda e de Amado na capital das Luzes, em particular na construção de contatos, zonas de

influências, premiações, viagens que fizeram com intelectuais e artistas europeus, latino-americanos e soviéticos. Até mesmo relações com comunistas dissidentes são observadas pela lente do sociólogo. Com efeito, essa posição privilegiada ocupada pelo autor de *O cavaleiro da esperança* lhe permitiu arquitetar negociações para a difusão internacional de obras latino-americanas na Europa, para a publicação de autores soviéticos no Brasil e para a promoção de sua própria obra traduzida para diversos idiomas. Todas essas iniciativas, com propósitos pessoais e profissionais evidentes, lhe renderam a consagração internacional que desejava.

Ridenti oferece, ainda, considerações de como a “política cultural dos comunistas” (Czajka, Motta e Napolitano, 2013) pavimentada por Jorge Amado e seus camaradas no exterior “viria a tornar-se fundamental para a consolidação de um campo intelectual e de uma indústria cultural, particularmente no Brasil” (p. 57). Segundo sua análise, a estratégia política do Partido Comunista Brasileiro e do Comintern – “revolução nacional, democrática e anti-imperialista” – corroborou a construção de uma “cultura nacional” mediante a indistinção “entre o acesso popular crescente ao mundo da educação e da cultura e seu caráter de massas que envolve a submissão à racionalidade da sociedade produtora de mercadorias, por mais que se empenhasse no combate ao imperialismo” (p. 61). Nesse contexto, a formação de redes culturais de organização, difusão e projeção do partido seria decisiva para o recrutamento de intelectuais e artistas, pois o ingresso no partido, para além de utopias políticas, era visto também como possibilidade de ascensão e de conquista de prestígio na cena intelectual.

Diante desse cabedal alavancado pela experiência dos exilados latino-americanos em Paris, é possível constatar, também,

reverberações na construção da identidade “terceiro mundista” nas décadas de 1960 e 1970. Como elenca Ridenti no final do capítulo, a construção de iniciativas institucionais em âmbito internacional, a diversificação de escritores militantes na construção do ideário “latino-americano” e a reapropriação de obras da geração anterior para uma nova geração de intelectuais-militantes do “terceiro mundo” são fatores reveladores da *continuidade* da contenda ideológica comunista. Contudo, não podemos esquecer que essa continuidade também encontrou sua contrapartida. Afinal, processos políticos de desestalinização, a Revolução Cubana e as libertações nacionais de países africanos e asiáticos ofereceram melhores condições para que uma nova geração anticapitalista contestasse tanto as “burocracias soviéticas” quanto o capitalismo-fordista e construísse paulatinamente seus próprios canais de difusão e de circulação de ideias.

Na segunda parte, “Internacionalização cultural liberal: Cadernos Brasileiros e seus patrocinadores do congresso pela liberdade da cultura”, é analisada a história da revista *Cadernos Brasileiros* (1959-1970), um dos órgãos do movimento intelectual internacional Congresso pela Liberdade da Cultura. Fundado em 1950 na Europa como antípoda do Conselho Mundial da Paz, o CLC “teve escritórios em 35 países e patrocinou inúmeras revistas” (2002, p. 74). Apoiado por uma farta correspondência inédita entre dirigentes internacionais do CLC e dirigentes brasileiros, Ridenti faz do periódico uma oficina de pesquisa, percorrendo os 62 números editados ininterruptamente no caldo das metamorfoses políticas nacionais e internacionais. O autor localiza e escrutina editoriais estratégicos da revista que ora revelam, ora ocultam tensões e alianças subjacentes entre as matrizes internacional e nacional.

A princípio, a iniciativa do CLC remava a favor da maré que promovia a “defesa da liberdade” e do “mundo livre”, representantes da ideologia oficial do Ocidente durante a Guerra Fria, conforme Perry Anderson (2005). Nas trilhas da internacionalização do pensamento liberal, o CLC optava “expressa ou veladamente pelo lado dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, o que permite entender o apoio secreto de seu serviço de espionagem e informação, a CIA, ao Congresso desde sua fundação” (p. 75). Por seu turno, os *Cadernos Brasileiros* projetaram-se como veículo que enfatiza a solução “científico-técnica” para questões políticas em contraposição às revistas consideradas “ideológicas”. Mas esse desejo de transmitir uma aparente “autonomia” e “independência”, segundo orientação da sede principal, ocultaria um segredo: a ajuda financeira e ideológica do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), conhecida instituição de empresários e militares conservadores. No entanto, Ridenti matiza que seria impropriedade “supor que essa ligação significasse plena identidade, a ponto de confundir as duas instituições” (p. 107). Afinal, o apoio secreto do Ipes foi marginal e durou pouco tempo, o grosso da verba vinha do CLC.

Assim, ao bosquejar as desventuras da revista *Cadernos Brasileiros* na década de 1960, com ênfase nas fricções e negociações entre dirigentes internacionais e nacionais, Ridenti mostra o funcionamento da CB em suas diversas fases e facetas, bem como o vai e vem da *dependência* e *autonomia relativa* de seus dirigentes. Não resta dúvida de que as vicissitudes da crise política nacional desempenharam um papel preponderante na revista, que esteve próxima e distante do regime civil-militar e de intelectuais de esquerda (Mário Pedrosa, Celso Furtado, Florestan Fernandes, dentre outros). Ao constatar esse caráter pendular, Ridenti

caracteriza os bastidores da revista como uma “convivência ambígua de liberais tanto com a ditadura como com a oposição a ela, resultado simultâneo da atração exercida por visões de mundo transformadoras emergentes” (p. 238). Portanto, *Cadernos Brasileiros* esteve distante de uma iniciativa aventureira de jovens editores cuja duração foi efêmera. Trata-se de uma experiência cultural ideologicamente orientada por uma agência internacional, o CLC, beneficiada por financiamentos escusos e com a aspiração de disputar espaço no campo intelectual do país.

Na terceira parte, assim como nas duas primeiras, o livro examina um conjunto de detalhes e de “segredos” (“O segredo das senhoras americanas: estudantes brasileiros na terra dos Kennedy”) sobre a trajetória da Associação Universitária Interamericana (AUI). Entre 1962 e 1971, a dinâmica da entidade baseia-se em um programa de recrutamento de jovens brasileiros universitários. Diante desse fenômeno inseparável do contexto da Guerra Fria cultural, principalmente com a radicalização política de movimentos e organizações de esquerda na América Latina, os Estados Unidos criaram a *Alliance for Progress* e, com ela, diversas formas de financiamento para disputar “corações e mentes”. No caso da AUI, pretendiam mostrar aos estudantes as supostas virtudes do *American way of life* como alternativa ao “totalitarismo comunista”. Nas palavras do autor, “a experiência da AUI é exemplar para a compreensão de como intelectuais [...] negociaram nas circunstâncias da Guerra Fria, andando no fio da navalha, buscando lidar com a situação para atuar em seus campos profissionais” (pp. 248-249).

Um traço interessante da AUI é que foram mulheres de poderosos executivos e empresários, lideradas por Mildred Sage – “intelectual

orgânica dos interesses de classes dirigentes dos Estados Unidos” (2022, p. 320) –, que comandaram a associação. Organizavam todas as etapas do processo: da admissão dos estudantes, passando pela construção da programação da viagem até a barganha de recursos financeiros. De origens sociais abastadas, Sage e suas companheiras tinham amplo acesso ao alto escalão do poder americano, tanto do empresariado quanto dos políticos, estabelecendo laços de amizade e de confiança. Nesse sentido, tiveram êxito em conseguir apoio moral e financeiro de empresários de fora do Brasil e do governo dos Estados Unidos.

Assim como ocorreu com o CLC e a *Cadernos Brasileiros*, a AUI mantinha segredo sobre a fonte de financiamento da associação. Revelar publicamente que era a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) sua principal fonte de recurso certamente deterioraria todo projeto. Como sublinha Ridenti, o público-alvo eram estudantes universitários e lideranças estudantis de diversas áreas do conhecimento, muitos dos quais exerciam uma militância social e política à esquerda. Tal fato foi tão bem guardado e silenciado durante anos que, curiosamente, Ridenti admite que, ao realizar entrevistas com ex-bolsistas da AUI, não houve nenhuma menção ao assunto por parte dos entrevistados, nem questionamento dele próprio, que não tinha a informação quando realizou as conversações. Essa surpreendente confissão reforça que, mesmo décadas depois, era um segredo bem guardado que tais viagens eram patrocinadas pelo governo dos Estados Unidos.

Vale ser dito que a história da AUI retraçada por Ridenti se apoiou na correspondência dos organizadores e nos testemunhos dos participantes, recheados de descobertas e boas histórias – por exemplo, o icônico constrangimento

a que o presidente Kennedy foi submetido com certas indagações de um estudante brasileiro, um engenheiro! Em particular, o ponto alto da narrativa de Ridenti é quando retrata o périplo dos viajantes por cada cidade visitada: estadia em uma casa de família de classe média na região de Boston; participação em seminários e palestras na Universidade de Harvard, além de uma breve convivência no *campus* universitário; presença em Washington com direito a visita à Casa Blanca; finalmente, um *tour* pela cidade de Nova York, metrópole e símbolo da modernidade que oferece sua miríade de atividades culturais e de consumo.

Se a apologia do modo de vida americano causava fascínio no imaginário social, também exercia repulsa. Ridenti expõe como “os quatro tempos institucionais dos Estados Unidos estavam abalados” (a família, o conhecimento científico, o poder democrático e a degradação e violência urbana) no final da década de 1960, estremecidos por protestos sociais de pautas diversas. O caminho criativo que o autor encontrou para retratar parte das tensões sociais e do declínio do modo de vida americano foi a análise de filmes da época que apontavam, explícita ou sutilmente, a crise e o desgaste dos valores da ideologia dominante.

Embora os antigos bolsistas da AUI que participaram da viagem tenham dificilmente passado incólumes por uma tal experiência internacional, eles não necessariamente aderiram à ideologia da política exterior do Tio Sam, como pontua Ridenti. Afinal, as variantes ideológicas dos bolsistas eram bastante heterogêneas e, ainda que se detectasse a presença de estudantes bolsistas que militavam em organizações clandestinas, nas quais foram perseguidos e muitas vezes mortos pela repressão estatal, a maior parte deles assumiu uma linha politicamente moderada.

Ao fim e ao cabo, o trabalho de Ridenti faz um contraponto às leituras reducionistas sobre o período estudado que partem geralmente de pressupostos políticos situados e julgam sua pertinência, entre exaltação cega ou rechaço completo. Nos três estudos de caso investigados pelo sociólogo brasileiro, fica patente como a dicotomia de heróis e vilões é esmaecida. Os produtos culturais e os agentes envolvidos na peleja da Guerra Fria têm itinerários tortuosos e “impuros”. Movimentam suas escolhas no redemoinho de circunstâncias políticas e sociais, recusando conclusões taxativas. Fica o recado sociológico: em casos como estes, há mais nuances e feixes ideológicos entre esquerda e direita política no âmbito da cultura do que se costuma supor.

O segredo das senhoras americanas é um afresco sobre um ambiente muito peculiar da cultura política brasileira durante a Guerra Fria. Marcelo Ridenti transcendeu análises que reificam fronteiras nacionais, burilou inúmeras fontes internacionais e cruzou-as. Reconstituiu, assim, um enorme quebra-cabeça moldado por mediações socioculturais (revistas, associações, congressos, conselhos etc.) cujas peças-chaves se encontravam fragmentadas, escondidas e perdidas. Põe em cena, portanto, as trajetórias de brasilidades em trânsito internacional indissociáveis de seus contextos históricos nacionais e que, entre “dependência” e “relativa autonomia”, impactaram consideravelmente o domínio da cultura e da política do país.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. (2005), “Internacionalismo: um breviário”. *Anos 90*, Porto Alegre, 12 (21): 13-42.

BOURDIEU, Pierre. (1998), “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2 ed. Rio de Janeiro, FGV, pp. 183-191.

CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá & NAPOLITANO, Marcos. (orgs.). (2013), *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: UFMG.

RIDENTI, Marcelo. (2022), *O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural*. São Paulo, Editora Unesp, 2022.

RIDENTI, Marcelo. (2014), *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2 ed. São Paulo, Editora Unesp.

RIDENTI, Marcelo. (2010), *O fantasma da revolução brasileira*. 2 ed. rev. e ampliada. São Paulo, Unesp.

WILLIAMS, Raymond. (1979), *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar.

Texto recebido em 07/06/2023 e aprovado em 07/08/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.212911.

